

Unificar e socializar, a proposta aplaudida

Extinção do Inamps e do Ministério da Saúde, com a criação, no lugar, de um organismo unificador dos programas de saúde no Brasil. Essa proposta foi defendida ontem pela cientista social Sônia Fleury, que teve a intervenção mais aplaudida da 8ª Conferência Nacional de Saúde, que se realiza até sexta-feira no Ginásio de Esportes de Brasília.

Sônia Fleury, 35 anos, é professora da Escola Brasileira de Administração Pública e da Escola Nacional da Saúde Pública, e vice-presidenta da Associação Brasileira de Pós-Graduação, em Saúde Coletiva (Abrasco). Escreveu, junto com Jaime Oliveira, o livro "(Im)Previdência Social", que analisa as transformações do órgão desde a sua criação, em 1923, até 1983.

A proposta de Sônia

Fleury é de uma completa reforma sanitária no País, que a seu ver ainda não passa pela estatização dos serviços de saúde, embora caminhe para isso a longo prazo. De imediato, esta reforma deve se centrar em três pontos básicos: unificação dos serviços de saúde, com um mesmo sistema para o atendimento curativo e preventivo; aperfeiçoamento dos profissionais, com reformulação do atendimento e melhores condições de trabalho e salário para os que atuam na área; e aprofundamento da consciência sanitária da população.

Para a cientista social, a Constituinte deve garantir essa reforma sanitária, reconhecendo que a saúde é um direito universal e um dever do Estado. Deve exigir que o Estado promova políticas públicas de saúde,

privilegiando os setores marginalizados até agora. Por fim, deve optar pela descentralização das políticas sociais e criar mecanismos de participação da sociedade nessa definição.

Ela criticou a intervenção do coordenador da 8ª Conferência Nacional de Saúde, Sérgio Arouca, na segunda-feira, quando ele disse que a Conferência defendia todas as formas de socialização da saúde, inclusive a iniciativa privada, desde que ela não mercantilizasse a medicina. "Qual a empresa que não mercantiliza a saúde?", perguntou Sônia. "Não sou pela estatização do sistema enquanto o Estado não for democrático, mas acho que o Estado deve interferir na prestação de serviços da iniciativa privada, para estabelecer parâmetros e evitar a exploração".